

Cenas da luta de classes no Brasil da última década: o impacto de Junho

Marcelo Badaró Mattos

Reconhecendo a multiplicidade de interpretações sobre as Jornadas de Junho de 2013, que proliferaram desde então, este texto parte de um viés interpretativo que considera todas essas interpretações como resultantes e componentes do próprio conflito político aberto com as Jornadas, mas considera cada uma delas unilateral e insuficiente porque carentes de um embasamento da análise na dinâmica mais profunda dos conflitos sociais fundamentais – a luta de classes, enfim – no contexto mais ampliado em que Junho se inseriu.

Aqui não se pretende recuperar os detalhes do evento em si, mas apresentar indicações analíticas sobre Junho de 2013, constituídas justamente em torno dos polos fundamentais da luta de classes e seus embates, no período imediatamente anterior, durante as manifestações e nos anos seguintes.¹ Assumindo que a posição do analista é comprometida com um dos lados desse conflito, a exposição está dividida entre uma primeira parte sobre “Nós” – o sentido de classe predominantemente vinculado aos interesses da classe trabalhadora, em uma perspectiva ampliada, que emerge em Junho e em muitos de seus desdobramentos – e uma segunda parte sobre “Eles”, em que se procura por em evidência o alarme que as Jornadas soaram para os ouvidos tão sensíveis das classes dominantes e o modo contrarrevolucionário preventivo de sua atuação a partir de então. Por fim, em conclusão, um balanço dos resultados da correlação de forças ao fim do ciclo aberto em Junho e uma visão um tanto prospectiva sobre o “legado” de Junho.

Nós

Junho foi – e não foi – um raio em céu azul. Antes do acontecimento, nenhum analista político ou militante social previu que algo daquela magnitude pudesse estar para eclodir. Afinal, foram semanas de protestos em ritmo e intensidade crescente e somente no dia de maior intensidade, 20/06/2013, atos aconteceram em cerca de 400 cidades brasileiras, levando alguns milhões de pessoas às ruas simultaneamente. Durante o processo, organizações políticas de esquerda, sindicalismo, movimentos sociais dos subalternos, com sua longa tradição de convocar e organizar manifestações de rua, viram-se

¹ Tive a oportunidade de analisar esses processos com mais detalhes no livro Marcelo Badaró Mattos, *Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil*. São Paulo: Usina Editorial, 2020. Recupero neste texto, de forma mais sintética, alguns dos argumentos ali apresentados.

literalmente atropelados pelos acontecimentos. O governo federal, tendo à frente Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), demorou dias para tentar esboçar algum tipo de resposta e ao fim e ao fim e ao cabo pode-se dizer que não respondeu à altura ao ocorrido. Mesmo os críticos conservadores e reacionários de sempre, tiveram dificuldades e viram-se obrigados a realizar verdadeiros cavalos de pau argumentativos, diante do ritmo e dimensões das mobilizações. A surpresa e o despreparo não eram, portanto, patrimônio de nenhum dos lados da luta de classes.

Entretanto, entender Junho apenas como “surpresa” é insuficiente. Afinal, em 2013 o Movimento Passe Livre, que convocou as primeiras manifestações contra o reajuste das passagens em São Paulo, já possuía oito anos de existência, convocando regularmente atos da mesma natureza. Foi criado no Fórum Social Mundial de 2005, numa tentativa de unificar lutas e organizações de todo o país com a mesma pauta, que já haviam rendido movimentos significativos em Salvador (2003) e Florianópolis (2004), por exemplo

Além disso, as palavras de ordem apresentavam outras reivindicações, além do reajuste das tarifas de transporte. Entre essas, as mais comuns se relacionavam aos serviços públicos (direitos universais) de saúde e educação, como “Da copa eu abro mão, quero dinheiro pra Saúde e Educação”, ou “Queremos Saúde e Educação padrão FIFA”. Tais demandas, assim como o perfil da maioria dos manifestantes, captado por alguns poucos estudos de campo, indicam um vetor de classe que, em meio à polifonia dos atos, destacava a presença de frações jovens, de escolaridade média e salários mais baixos, da classe trabalhadora, com suas pautas.²

Neste sentido, é relevante lembrar um aparente paradoxo. As organizações sindicais, assim como os partidos de esquerda, foram hostilizadas em algumas das manifestações de 2013, principalmente depois que o movimento ganhou dimensões de massa e passou a ser disputado por diferentes pautas conservadoras e reacionárias de grupos organizados nas ruas e na mídia. No entanto, pode-se dizer que as manifestações de junho de 2013 foram potencializadas por/e potencializadoras de lutas sindicais.

Em primeiro lugar, porque aquelas reivindicações – relacionadas a direitos universais – dos manifestantes estavam longe de ser novidades. Tratava-se de um

² Uma síntese da pesquisa Ibope realizada em 20 de junho, em sete capitais, pode ser encontrada em <https://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>, último acesso em março de 2023. Ver também, Ruy Braga, “Cenedic: uma sociologia à altura de Junho”, *Blog da Boitempo*, 26 maio 2014, <<https://blogdaboitempo.com.br/2014/05/26/cenedic-uma-sociologia-a-altura-de-junho/>>, último acesso em fevereiro de 2023.

conjunto de bandeiras assumidas e propagandeadas pelos movimentos sociais que mantiveram uma perspectiva mais mobilizadora e combativa, mesmo em meio à maré vazante de lutas dos anos 1990 e 2000. Em especial a defesa de mais verbas e melhor qualidade para saúde e educação públicas teve nos sindicatos de trabalhadores desses dois setores no serviço público brasileiro seus principais propagadores. Ou seja, as lutas sindicais das duas décadas anteriores, ainda que fragilizadas e fragmentadas, foram essenciais para manter em pauta a defesa desses direitos fundamentais.

Por outro lado, as manifestações de 2013 impulsionaram greves e táticas de lutas dos sindicatos mais combativos. Em vários estados do país, sindicatos de profissionais da educação das redes públicas de ensino básico, percebendo o clima de apoio popular à causa pela qual sempre lutaram, fizeram greves no segundo semestre de 2013.

A mesma tática de levar a greve para a rua, na forma de grandes manifestações, foi empregada pelos trabalhadores da limpeza urbana do Rio de Janeiro (os garis), que, em pleno carnaval carioca de 2014, enfrentando-se contra uma direção sindical que não queria a greve, paralisaram suas atividades para garantir melhorias salariais e de condições de trabalho. Apesar do incômodo com o acúmulo de lixo nas calçadas e ruas em plena festa carnavalesca, houve significativo apoio popular à greve.

Greves como essa colocaram em questão também a natureza do sindicalismo brasileiro no século XXI. Embora continuasse a existir um setor combativo do movimento sindical, que se mobilizava e comandava greves (como entre os profissionais de educação, ou entre os metroviários de São Paulo, que realizaram uma forte greve em junho de 2014, às vésperas do mundial de futebol), e apesar de até mesmo a burocracia mais acomodada em alguns momentos ser obrigada a convocar paralisações do trabalho, o que chama atenção em muitos desses movimentos grevistas pós-Junho é que eles se fizeram à margem das (e muitas vezes contra as) direções sindicais.

É no quadro mais amplo, no entanto, que o crescimento do número de greves em 2013 e nos anos seguintes revela uma mudança de patamar no descontentamento social da classe trabalhadora. Os levantamentos do Dieese indicam um movimento de crescimento progressivo das greves ao longo da década de 1980, seguido por um longo refluxo entre os anos 1990 e 2000, com o patamar mais baixo de paralisações do trabalho ocorrendo durante o governo Lula, para em seguida assistirmos a uma retomada expressiva do número de paralisações do trabalho, sobretudo a partir, justamente, de 2013. Em 2012, a pesquisa de greves do Dieese encontrou 879 ocorrências, que saltaram

para 2.057 em 2013, 2.085 em 2014, 1.964 em 2015, 2.114 em 2016, 1.568 em 2017 e 1.453 em 2018.³

Com certeza, o crescimento do número de greves nos anos anteriores serviu de estímulo e deu condições para a convocação, em 28 de abril de 2017, de uma greve geral contra as propostas de retirada de direitos pelo governo Temer (especialmente a reforma trabalhista e a da previdência), que foi bem-sucedida em paralisar cerca de 40 milhões de trabalhadores pelo país, consistindo, em números absolutos, na maior paralisação da história do país (se avaliada pelo percentual da força de trabalho paralisada, a greve geral de 1989 foi mais expressiva).

O “espírito de Junho”, no entanto, não se refletiu apenas nas greves. Merece atenção o impulso que a onda de mobilizações de massa então desencadeada conferiu a outros movimentos sociais. No caso dos movimentos de luta pelo direito à moradia, por exemplo, o crescimento das mobilizações a partir das Jornadas foi bastante significativo. O movimento que melhor encarnou esse impulso foi justamente o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que, em junho de 2013, organizou diversas manifestações em conjunto com outras organizações nas periferias dos grandes centros, especialmente em São Paulo, e protagonizou uma série de ocupações de terrenos urbanos por milhares de famílias em busca de uma moradia digna. O MTST ativou novas e expressivas conquistas no seu terreno de atuação, o que confirma a importância das lutas territoriais e por direitos ligados à reprodução social, numa configuração das relações de trabalho marcada pela precariedade e fragmentação espacial da exploração.⁴ Nos anos seguintes, o movimento se credenciou também como impulsionador de lutas políticas mais gerais, tendo protagonizado articulações de movimentos, como a Frente Povo Sem Medo, que tiveram importante papel na resistência ao golpe de 2016 e às políticas regressivas de Temer e Bolsonaro.

Outras manifestações de descontentamento social com pautas derivadas daquelas expressas nas ruas em 2013 também ganharam destaque nos anos seguintes. Algumas das mais expressivas surgiram com os movimentos de ocupação de escolas, em 2015 e 2016, contra políticas estaduais de redução de recursos para educação com fechamento de escolas,

³ Dieese, “Balanco das greves de 2018”, *Estudos & Pesquisas*, n. 89, abr. 2019, disponível em <<https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2018/estPesq89balancoGreves2018.pdf>>, último acesso em março de 2022.

⁴ Sobre o déficit de moradias, as lutas do MTST e o impulso das Jornadas de Junho a uma onda de ocupações, ver o livro de seu principal dirigente, Guilherme Boulos, *Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto*, 2. ed., São Paulo, Scortecci, 2014.

alterações curriculares nacionais (a famigerada Reforma do Ensino Médio) e movimentos e propostas legislativas de cerceamento da liberdade de ensinar e aprender, na linha do Escola Sem Partido. No levantamento realizado por Jonas Medeiros, Adriano Januário e Rúrion Melo, foram mais de 1.500 escolas ocupadas por estudantes, principalmente do ensino médio, por todo o país, com grande impacto no debate público.⁵

Entre as características dos movimentos de ocupações, destaca-se a dinâmica horizontal de tomada de decisões e organização do processo, lembrando um padrão inaugurado com as ocupações de praças a partir da Primavera Árabe, em 2011. Também foi importante a combinação da luta presencial, através da ocupação física das escolas pelos estudantes, com o intensivo uso das redes sociais para difundir as demandas e narrativas dos estudantes sobre seus movimentos. Redes de solidariedade se formaram, com a presença de educadores e militantes políticos e sociais, mas a autonomia dos estudantes em relação a partidos políticos e organizações de juventude foi bastante valorizada pelos participantes. Por fim, talvez a mais interessante característica desses movimentos, temos o surgimento de uma nova camada de protagonistas, não apenas mais jovens, como também mais diversos do ponto de vista racial, de gênero e orientação sexual.

A combinação entre resistência ao conservadorismo moral e ao liberalismo econômico também estava e continua presente no movimento de mulheres, que cresceu em dimensões no mesmo período, influenciando a dinâmica das ocupações estudantis (mas em alguma medida também sendo alimentado por novas ativistas que nelas se politizaram).

Após suas primeiras manifestações através das redes sociais – em campanhas como #MeuPrimeiroAssédio, de denúncia do cotidiano de assédio sexual a que as mulheres estão submetidas desde a infância – o novo ciclo do movimento de mulheres tomou as ruas, a partir de outubro de 2015, em manifestações de grandes proporções contra propostas conservadoras em discussão no Congresso Nacional, como o projeto do então deputado e presidente da casa, Eduardo Cunha, que dificultava o acesso de mulheres vítimas de estupro ao aborto legal. Nos anos seguintes, especialmente no dia 8 de março, mas não só, o movimento de mulheres foi um dos mais dinâmicos e protagonizou importantes lutas, culminando com as mobilizações massivas do “Ele Não!”, na campanha de 2018, que se constituíram no principal grito coletivo de oposição à eleição

⁵ Jonas Medeiros, Adriano Januário e Rúrion Melo, “Introdução”, in Jonas Medeiros, Adriano Januário e Rúrion Melo (org.), *Ocupar e resistir: movimentos de ocupação de escolas pelo Brasil (2015-2016)*, São Paulo, Editora 24, Fapesp, 2019, p. 19.

de Bolsonaro. Também nesse caso, as mobilizações no Brasil estão conectadas a uma dinâmica internacional de ascensão dos movimentos feministas.⁶

Da nova camada de ativistas formada em meio às Jornadas de Junho, ou mais tarde, em movimentos como o de ocupações de escolas, ou no movimento de mulheres, algumas lideranças se projetaram a ponto de ocupar espaço na política institucional, no período mais recente. Entre os principais líderes do Bloco de Lutas que protagonizou as manifestações de Junho em Porto Alegre, o jovem historiador negro Matheus Gomes foi eleito vereador, em 2020, e Deputado Estadual, em 2022. Em São Paulo, o jovem advogado e militante LGBT, Guilherme Cortez, que fora ativo nas ocupações de escola em 2015, foi eleito deputado estadual em 2022. Já em 2016, chamava a atenção de diversos analistas e veículos de imprensa a força eleitoral de candidatas feministas em partidos de esquerda, muitas delas mulheres negras, vindas das periferias e favelas, eleitas para as Câmaras de Vereadores de diversas cidades brasileiras. Foi o caso de Áurea Carolina, em Belo Horizonte e Marielle Franco, no Rio de Janeiro, eleitas pelo Partido do Socialismo e Liberdade (PSOL). São apenas alguns exemplos de um fenômeno maior de renovação geracional e do perfil das representações políticas da esquerda brasileira, que vem se dando a partir de Junho de 2013.⁷

Eles

Voltando a Junho, é preciso abordar também o “outro lado” do contexto aberto pelas manifestações multitudinárias. No discurso sobre as jornadas de 2013 elaborado por diversos analistas, em especial aqueles ligados aos governos petistas, aquelas manifestações teriam significado o primeiro passo para a chegada de Bolsonaro ao governo, porque representariam, fundamentalmente, o despertar da direita golpista, que teria comandado as ações naqueles atos. De Junho às manifestações pela derrubada de

⁶ Sobre as manifestações de 2015, ver: Flavia Biroli, “Direito ao aborto e respeito à vida das mulheres”, *Blog Boitempo*, 30 nov. 2015, disponível em <<https://blogdaboitempo.com.br/2015/11/30/direito-ao-aborto-e-respeito-a-vida-das-mulheres/>>, última consulta em março de 2022. A dinâmica internacional do movimento feminista contemporâneo é abordada no livro de Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser, *Feminismo para os 99%: um manifesto*, São Paulo, Boitempo, 2019.

⁷ Sobre Matheus Gomes, ver o perfil publicado em <https://esquerdaonline.com.br/2022/10/03/quem-e-matheus-gomes-jovem-negro-quarto-deputado-estadual-mais-votado-do-rio-grande-do-sul/>. Sobre Guilherme Cortez, ver o perfil publicado em https://esquerdaonline.com.br/2022/10/03/guilherme-cortez-jovem-lgbtqia-que-enfrentou-o-ex-ministro-salles-em-franca-sp-e-eleito-deputado-estadual/?doing_wp_cron=1678135662.6644980907440185546875. A relação entre a Primavera Feminista e as eleições de vereadoras em 2016 é feita, por exemplo, em <https://www.cartacapital.com.br/politica/a-primavera-feminista-chega-a-camara/>, último acesso em fevereiro de 2022.

Dilma em 2015 e 2016, segundo essa chave de leitura, haveria uma linha direta de continuidade.⁸ Acreditamos que os elementos de análise aqui recuperados indicam que, embora seja correto apontar a emergência de forças organizadas de direita a partir de certo momento das manifestações, as Jornadas de Junho, num balanço do processo como um todo, tiveram um outro sentido de classe e, apesar da sua diversidade, não se colocam em linha de continuidade direta com as manifestações pelo impeachment.

Porém, representaram, sim, um abalo no apoio social de setores da classe trabalhadora ao governo do PT. É a partir desse abalo que podemos dizer que, apesar de seu sentido social, em última análise vinculado à classe trabalhadora, Junho de 2013 representou, contraditoriamente, o marco inicial da situação profundamente reacionária que dominaria o cenário nacional a partir do golpe de 2016. Isso porque aqueles acontecimentos deram origem ao progressivo descolamento de frações da classe dominante em relação ao governo Dilma, uma vez que os protestos de massa demonstravam, para as diversas frações burguesas, que a administração petista já não era mais eficiente em garantir a paz social baseada na lógica da conciliação de classes.

O desgaste do governo em junho de 2013 somou-se ao agravamento da crise econômica a partir de 2014 (ano de eleições presidenciais), criando muitas dificuldades para a reeleição da presidente Dilma Rousseff. Apesar disso, o PT ainda foi capaz de conquistar a maioria dos votos válidos e reeleger sua candidata a presidente. Se, para reeleger-se, Dilma apelou para um discurso mais radical de compromissos com os interesses populares, ela, contudo, iniciou seu segundo mandato abandonando aqueles apelos eleitorais e tentando responder às pressões da classe dominante através do compromisso com uma agenda econômica de austeridade.

No entanto, com o avanço da crise econômica, a avaliação das diversas frações da burguesia parece ter sido, crescentemente, a de que o governo do PT não só já não era capaz de garantir a paz social, como também não teria capacidade de levar adiante a agenda de cortes nos gastos em políticas sociais, visando à transferência do fundo público para o grande capital, assim como de retirada de direitos, no ritmo e na profundidade que o grande capital passava a exigir.

⁸ Um exemplo bem acabado dessa interpretação é a leitura do próprio Lula sobre 2013 como início do processo que levou ao impeachment de Dilma. Ver por exemplo sua entrevista à TeleSur, em 2019, disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2019/12/27/vou-brigar-ate-restabelecer-a-democracia-no-brasil-afirma-lula-a-telesur>, último acesso em fevereiro de 2023.

Assim, ao longo de 2015, cresceram, com apoio e financiamento de organizações que representam os interesses burgueses, as manifestações anticorrupção e contrárias ao governo. As manifestações contra a corrupção, identificadas politicamente como atos contra os governos do PT e, logo, pela derrubada de Dilma Rousseff, marcaram um investimento de novo tipo das organizações conservadoras e reacionárias nas mobilizações de rua.

Uma das identificações mais utilizadas para tratar dessas organizações e grupos foi “nova direita”. O termo “novo” pode gerar confusões. As principais organizações a convocarem atos naquele contexto – como o Movimento Brasil Livre (MBL), Vem pra Rua e Revoltados Online, por exemplo – haviam sido formadas pouco antes. Porém, como nos lembra Gilberto Calil, “a edificação da nova direita no caso brasileiro não foi repentina, tampouco se deu na penumbra”. Na cronologia sugerida por ele, o processo “teve seu preâmbulo na redemocratização da década de 1980, adquirindo maior musculatura, desenvoltura e amplitude no cenário nacional nos últimos anos.” O processo, nessa duração mais longa correspondeu, “na dinâmica da luta de classes”, a uma “profusão de ideias e programas neoliberais, emplacados como ‘modernizantes’ pelos dominantes [e] operou numa simbiose com (e através de) setores conservadores e reacionários, sedimentando uma sociabilidade liberal de cunho devastadoramente imperialista, antidemocrático e antipopular.”⁹

De fato, desde os anos 1980, do ponto de vista das forças do capital, ocorreu um processo de ampliação da organização na sociedade civil, através da multiplicação do que os analistas de inspiração gramsciana costumam chamar de aparelhos privados de hegemonia. Esse processo de ampliação do Estado correspondeu a uma adaptação, ou atualização, dos mecanismos de dominação de classe para o novo contexto aberto com a redemocratização. Estudando uma grande diversidade de organizações empresariais e *think tanks* conservadores criados desde então, Flavio Casimiro identificou um “processo de reorganização da estratégia de ação política da burguesia”, que teve como “sustentáculo fundamental a estruturação de uma multiplicidade de aparelhos privados de hegemonia formuladores de projetos de poder e difusores da ideologia de mercado”. O pressuposto organizador de sua análise é o de que “este fenômeno de mobilização e articulação, distinto de formas organizativas tradicionais que até então vigoravam,

⁹ Gilberto Calil, Apresentação, *Revista História & Luta de Classes*, nº 26, setembro de 2018, p. 5. Todo o dossiê dessa edição da revista, sobre “Direita e classes dominantes no capitalismo contemporâneo”, é útil para o entendimento do que aqui estamos discutindo.

representa uma estratégia de atualização dos mecanismos de dominação de classe no Brasil”.¹⁰

Muito pouco ou nada há de espontâneo nesse processo. Demian Melo apontou com precisão para o fato de que, mesmo reconhecendo-se a presença de forças de direita em meio às Jornadas de Junho de 2013, no período imediatamente subsequente a capacidade de convocação daqueles que se apresentaram como seus arautos foi pífia. Como o demonstrou a tentativa de um alegado líder de um “Movimento de Combate à Corrupção” de convocar um ato de rua em 10 de julho daquele ano, quando não conseguiu reunir mais que duas dezenas de seguidores. Em março do ano seguinte, a mesma figura participaria de um ato, também pouco concorrido, significativamente convocado para comemorar os cinquenta anos da Marcha da Família com Deus pela Liberdade.¹¹

O ponto de virada começou a ser articulado em 2014, quando surgiram ou se reciclaram as principais organizações que convocariam as manifestações de massa de direita nos anos seguintes. Entre elas, destacou-se o MBL, criado a partir de iniciativa do Estudantes pela Liberdade (EPL), apresentada em 2012. Flávio Casimiro identificou seus vínculos internos com o Instituto Liberal, o Instituto de Estudos Empresariais, o Instituto Liberdade e o Instituto Millenium. Seus vínculos externos seriam ainda mais decisivos, pois a inspiração direta do EPL é o *Students for Liberty*, organização de articulação de *think tanks* conservadores estadunidenses, sustentada pelo *Atlas Network*, verdadeiro *hub* de outros aparelhos da direita estadunidense, voltado para formação de “jovens lideranças” em princípios ultraneoliberais, não apenas em solo estadunidense, mas principalmente na América Latina e Leste Europeu.¹²

As manifestações de 2015 e 2016 alcançaram, de fato, dimensões de mobilizações de massa, quando as estimativas dão conta de manifestações em quase trezentas cidades brasileiras (em agosto de 2015) e número de manifestantes, entre dois (em março de 2015) e 3,6 milhões de pessoas em todo o país (nos atos de março de 2016).¹³ Uma pesquisa do

¹⁰ Flávio H. C. Casimiro, *A nova direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo*, São Paulo, Expressão Popular, 2018, p. 17.

¹¹ Demian Melo, “A direita ganha as ruas: elementos para um estudo das raízes ideológicas da nova direita brasileira”, in Felipe Demier e Rejane Hoeverler, *A onda conservadora*, Rio de Janeiro, Mauad, 2015, pp. 70-71.

¹² Flávio Casimiro, *A nova direita*, pp. 394-98. Ver também Rejane Hoeverler, “A direita transnacional em perspectiva histórica: o sentido da ‘nova direita’ brasileira”, in Felipe Demier e Rejane Hoeverler, *A onda conservadora*.

¹³ Os números apresentados pelas polícias militares, organizadores e imprensa, como sempre acontece, variaram bastante. Uma boa compilação de dados pode ser encontrada no verbete “Protestos contra o governo Dilma Rousseff”, in

instituto Datafolha, com uma significativa amostra de participantes do primeiro desses atos, em 15 de março de 2015, em São Paulo, mostrou um perfil predominantemente associado aos setores sociais intermediários – pequena burguesia e assalariados médios de maior remuneração. Entre eles, 76% possuíam ensino superior e a maioria recebia acima de 5 salários mínimos, com 68% ganhando mais de R\$ 3.940,00 por mês. Sobre as razões apontadas para protestar, a corrupção mobilizava 47% dos entrevistados, enquanto 27% diziam ter ido às ruas pelo impeachment da presidente, 20% contra o PT e 14% contra os políticos em geral. Entre aquela multidão de camisas da seleção da CBF, havia grande homogeneidade em termos de opção eleitoral: 82% havia votado em Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), no segundo turno das eleições presidenciais do ano anterior e, mesmo diante do descrédito generalizado com os partidos, 37% ainda simpatizavam com o PSDB. É interessante notar que 74% daqueles ouvidos pelo instituto estavam participando da primeira manifestação de rua da vida.¹⁴

Na manifestação de 12 de abril, aumentava o percentual dos que defendiam o impeachment de Dilma e os dados do perfil de manifestantes, segundo o mesmo instituto, eram semelhantes aos de março, no que diz respeito à renda e escolaridade, com outros detalhes. Como o de que os homens (56%) eram maioria; ou de que a idade média dos manifestantes era de 45 anos (com 30% entre 36 a 50 anos e 41% com mais de 51 anos). Quanto à cor, 73% dos manifestantes se declararam brancos, 18% pardos e apenas 4% pretos, além de 1% de indígenas, 2% amarelos e 2% auto identificados como de “outras cores”.¹⁵

O perfil dos eleitores e eleitoras de Bolsonaro nas eleições presidenciais, três anos e meio depois, não seria idêntico, mas guardaria bastante relação com aquele dos manifestantes de 2015 e 2016. Tomando por base o primeiro turno das eleições (em que tende a predominar um voto mais próximo das convicções ideológicas), pesquisa do Datafolha divulgada no início de outubro de 2018 chegaria ao seguinte perfil: maioria de eleitores homens (55%), 60% acima dos 35 anos de idade; escolaridade mais elevada que a da média dos eleitores (47% com ensino médio e 32% superior); perfil de renda acima

https://pt.wikipedia.org/wiki/Protestos_contra_o_governo_Dilma_Rousseff#15_de_mar%C3%A7o_de_2015, último acesso em março de 2023.

¹⁴ “Maioria foi às ruas contra corrupção, diz Datafolha”, *Folha de São Paulo*, 16/03/2015, https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603885-maioria-foi-as-ruas-contracorrupcao-diz-datafolha.shtml?fbclid=IwAR3V7D6rWtqWcF8y8qC4S7TUyjjN2QBvH9gSBQJypLOMIYosKNJLtv_1vi0, último acesso em fevereiro de 2023.

¹⁵ “100 mil foram à Paulista; 77% defendem impeachment”, 13/04/2015, <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/04/1615923-100-mil-foram-a-paulista-em-12-de-abril-77-defendem-impeachment.shtml>, último acesso em março de 2023.

daquele do conjunto do eleitorado (28% até dois salários mínimos, 43% de dois a cinco salários, 19% com 5 a 10 salários mínimos e 8% com mais de 10 salários) e maior votação absoluta e relativa nas regiões Sudeste e Sul.¹⁶

Voltando aos atos convocadas pela “nova direita”, estes receberam por parte dos governantes um tratamento muito distinto daquele que marcou Junho: governadores de oposição ao governo e parlamentares se mostraram presentes e apoiaram os atos, com divulgação e liberação dos transportes públicos; as polícias militares confraternizaram com os manifestantes e as bombas de gás e balas de borracha, que foram a tônica em 2013, foram substituídas por poses sorridentes em *selfies*; as grandes corporações da mídia convocaram repercutiram e fizeram coberturas de dia inteiro, ao vivo

Em 2015 e 2016, observa-se também a interação entre aqueles atos e a atuação de uma fração importante do aparato judicial-policial em uma operação de combate à corrupção que mirou exclusivamente nas relações dos governos do PT com setores do grande capital – especialmente na área da construção civil e na empresa-alvo, a Petrobras – municiando a imprensa de denúncias, fomentando, em parcelas expressivas da pequena burguesia e assalariados médios, o sentimento de que os efeitos nefastos da crise econômica eram decorrentes exclusivamente da corrupção orquestrada pelos governantes do Partido dos Trabalhadores. A Operação Lava-Jato fez fermentar o caldo de cultura antipetista de direita, que acabou sendo fundamental para a onda de mobilizações pelo impedimento da presidente Dilma Rousseff. Seu golpe final seria a prisão de Lula, em 2018, afastando do pleito o candidato favorito nas pesquisas eleitorais, com base em acusações frágeis e manipulações processuais grosseiras.¹⁷

¹⁶ Dados retirados das matérias “Pesquisa Datafolha: veja o perfil dos eleitores de cada candidato a presidente, por sexo, idade, escolaridade, renda e região”, *GI*, 03/10/2018, <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/03/pesquisa-datafolha-veja-perfil-dos-eleitores-de-cada-candidato-a-presidente-por-sexo-idade-escolaridade-renda-e-regiao.ghtml>, último acesso em março de 2023. Anna Virginia Balloussier, “Metade dos evangélicos vota em Bolsonaro, diz Datafolha”, *Folha de São Paulo*, 04/10/2020, <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/metade-dos-evangelicos-vota-em-bolsonaro-diz-datafolha.shtml>, último acesso em março de 2023. Ver também Gustavo Casasanta Firmino, “Classes médias e manifestações pró-impeachment na cidade de São Paulo: uma análise dos movimentos e manifestantes”, *Política & Trabalho – Revista de Ciências Sociais*, n. 47, jun./dez. 2017, p. 209-227. A base para este artigo foram os dados coletados pelo grupo de pesquisa coordenado por Pablo Ortellado na USP (GPOPAI), que produziu diversas pesquisas de perfil e opinião com os manifestantes durante os atos, além de gerar um “monitor digital” para analisar o debate político nas redes sociais. Seus resultados podem ser encontrados na página <<https://www.facebook.com/monitordebatopolitico>>, último acesso em fevereiro de 2023.

¹⁷ Para uma interpretação do protagonismo do Judiciário, a partir da Operação Lava Jato, no processo que levou ao impeachment de Dilma e nos desdobramentos posteriores da conjuntura, ver: Felipe Demier, “O Bonapartismo de Toga: Golpe, contrarreformas e o protagonismo político do Poder Judiciário no Brasil atual”, *Esquerda Online*, 25 jan. 2018, disponível em <<https://esquerdaonline.com.br/2018/01/25/o->

No entanto, mesmo com Lula da Silva impedido de concorrer, as candidaturas dos partidos da ordem não se viabilizaram eleitoralmente, derrubadas pelo veneno das críticas à “velha política”, que em grande medida foram fomentadas no bojo do golpe contra o PT. Bolsonaro, amparado por articulação da alta oficialidade militar, avançou no vácuo criado pela crise de legitimidade aberta desde 2016. Reivindicou as mobilizações anticorrupção e contra o PT, apresentando-se como um *outsider*, muito embora já ocupasse uma cadeira no parlamento havia praticamente três décadas, eleito por diferentes partidos, todos envolvidos nos escândalos de corrupção e a maioria deles atuando na base de apoio aos governos petistas por muitos anos.

Fruto da “crise orgânica”, da qual Junho foi sintoma e fator agravante, a chegada de Bolsonaro à Presidência, entretanto, não é a resultante final de Junho, mas sim da derrota das potências mais progressivas mobilizadas a partir daquele processo de manifestações de grandes dimensões.

Um legado ainda em aberto?

O ciclo de lutas – greves, ocupações de escolas, lutas de mulheres, luta por moradia – encerrou-se em derrotas para a classe trabalhadora, com o golpe de 2016, a aprovação das reformas trabalhista e previdenciária, apesar da greve geral de 2017, e a eleição de Bolsonaro, apesar do “Ele Não!”. Entretanto, ciclos de lutas sociais dos setores sociais subalternos, mesmo quando derrotados, lançam sementes que podem (ou não) germinar em novas lutas. Quando, durante a fase mais dura da pandemia de COVID-19, moradores das favelas e periferias das grandes cidades brasileiras, especialmente jovens negras e negros, organizaram-se para distribuir cestas básicas e suprir outras ausências de políticas públicas, em um gigantesco movimento de solidariedade social, lideranças que emergiram após Junho, nas lutas feministas, de mulheres, nas ocupações, nos movimentos por moradia, estiveram à frente do processo. O mesmo perfil de lideranças puxou, em meados de 2020, as manifestações com o mote “Vidas Negras Importam”, contra a violência policial e o genocídio da juventude negra e periférica. No plano das lutas trabalhistas, os movimentos de entregadores, que surgiram desde 2020 muito à margem dos sindicatos, na maioria das cidades em que ocorreram os “Breques dos APPs”, foram a face mais visível da luta de trabalhadores precarizados, cada vez mais numerosos

e essenciais ao sistema.¹⁸ É através dessa nova geração de lideranças – mais jovem, diversa e pouco afeita aos modelos organizativos das décadas anteriores, herdeira de Junho, enfim – que, com seus próprios acertos e limitações, poderá emergir um novo ciclo de lutas sociais.

Não se pode perder de vista, porém, que as lutas sociais não dependem apenas do impulso dos setores sociais subalternos, mas se configuram no enfrentamento com o “outro lado”. A pulsão autocrática da burguesia, que deu espaço para a ascensão do bolsonarismo como face brasileira do neofascismo, tende a manter a elevada aposta na violência coercitiva do aparelho de Estado, para preventivamente conter no nascedouro as lutas sociais que mal colocaram a cabeça fora d’água, porque elas “não podem respirar”. Mas, a dominação de classes joga sempre com duas mãos e a carta da construção ideológica, alicerçando consensos em torno do programa do capital, é jogada com força sobre a mesa. Muitas das lideranças e movimentos oriundos dessas lutas são intensamente disputadas pelas organizações empresariais e pela mídia corporativa. Afinal, os movimentos do “andar de baixo” são fortemente premiados pelas pressões da vulnerabilidade social e sofrem o assédio permanente dos projetos de “responsabilidade social” de setores da grande burguesia, que associam seus financiamentos, mesmo que das formas mais sutis, a uma limitação do horizonte reivindicativo ao terreno movediço do empreendedorismo social.

No terceiro mandato de Lula na presidência da República, algumas das lideranças oriundas dos movimentos que ganharam impulso a partir de Junho, particularmente nas lutas contra as opressões, foram chamadas a ocupar cargos de destaque – nos Ministérios dos Direitos Humanos, da Igualdade Racial e dos Povos Indígenas, entre outros. Se sua participação institucional potencializará as mobilizações sociais que representam (o que tenderia a indispor-los com a lógica geral de conciliação do governo), reativando o “legado” de Junho, ou servirá para o apaziguamento dos conflitos via absorção no interior do aparato de Estado, é algo que não depende apenas de sua vontade individual, nem mesmo do que o governo espera deles, mas sim da dinâmica da luta de classes no próximo período.

¹⁸ Discuti o potencial desses movimentos com maior profundidade no artigo Marcelo Badaró Mattos., “As lutas sociais na pandemia: sinais de reorganização?”, *Esquerda Online*, 19/06/2020, <https://esquerdaonline.com.br/2020/06/19/as-lutas-sociais-no-brasil-da-pandemia-sinais-de-reorganizacao/>, último acesso em fevereiro de 2023.